

# DESVELANDO O MITO DA “CALIFÓRNIA”: ASPECTOS DA DESIGUALDADE SÓCIOESPACIAL EM RIBEIRÃO PRETO-SP<sup>1</sup>

**Marcos Antônio Silvestre Gomes**

Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense, Campos de Goytacazes, RJ, Rua José do Patrocínio, 71, Centro, Campos, RJ. E-mail: [gomesmas@yahoo.com.br](mailto:gomesmas@yahoo.com.br); [msilvestre@id.uff.br](mailto:msilvestre@id.uff.br)

## Resumo

O município de Ribeirão Preto demonstra-se importante na economia brasileira desde o período do café, no início do século XX. Atualmente, sua imagem está associada à riqueza advinda com o agronegócio, que mantém sua economia forte e competitiva, contribuindo com o mito da “califórnia brasileira”. No entanto, não se atentam para as crescentes disparidades sociais no município e as desigualdades espaciais impressas no seu tecido urbano. Assim, a partir de levantamentos teóricos, busca e análise de dados em órgãos públicos, pesquisas de campo, etc., o artigo intenta discutir aspectos da problemática urbana em Ribeirão Preto, contextualizando-os no âmbito da dinâmica regional que pauta sua economia, cuja maior expressão está na atividade canavieira. Apresenta e analisa indicadores socioeconômicos evidenciando a contradição do elevado crescimento econômico sem melhorias nas condições de vida de parcela da população, o que faz aumentar os conflitos por moradia, emprego, saúde, educação, entre outros, e ampliar as desigualdades sócioespaciais no município.

**Palavras-chave:** produção do espaço urbano e regional, desigualdade sócioespacial, Ribeirão Preto.

## Abstract

Ribeirão Preto shows itself as important city on the Brazilian economy since the Coffee Period, in the twentieth century beginning. Nowadays, its image is associated to the richness originated from the agribusiness that keeps your economy strong and competitive, contributing to the myth of the “Brazilian California”. However, the growing social disparities of the city and the spatial inequalities printed in your urban fabric aren't observed. Thus, from theoretical surveys, search and data analysis in public divisions and field research, this paper discusses aspects of the urban question in Ribeirão Preto, contextualizing them on the regional dynamic that determines its economy, whose major expression is the sugar cane activity. Shows and analyzes socio-economics indicators that evidence the paradox of the high economic growth without improvement on the life quality of a population portion, causing consequently, the growth of conflicts for housing, job, health, education, beyond socio-spatial inequalities in the city.

**Keywords:** urban and regional space production, socio-spatial inequality, Ribeirão Preto.

## Introdução

A análise apresentada neste artigo traz elementos que ajudam na compreensão da problemática urbana em Ribeirão Preto. Desvelando o mito da “Califórnia brasileira”, expressão pela qual a cidade

foi conhecida durante o século XX, devido à prosperidade econômica, a imagem de cidade próspera e moderna, procura-se, neste trabalho, apresentar e analisar dados socioeconômicos que desvelam a existência de contrastes socioespaciais profundos no

<sup>1</sup> Este artigo é parte das discussões da tese de doutorado do autor, intitulada: *Parques urbanos de Ribeirão Preto-SP: na produção do espaço o espetáculo da natureza*. Tese orientada pela profa. Dra. Arlete Moysés Rodrigues, defendida em 2009 no IG-UNICAMP.

município. Estes contrastes, decorrentes do modelo econômico vigente, com base no agronegócio e na cultura canavieira, evidenciam que a estrutura produtiva do município e da região não é capaz de trazer melhorias de vida para a população como um todo. Ao contrário, tende a acentuar as desigualdades e os conflitos por emprego, renda, terra, saúde, educação, moradia adequada, lazer, entre outros.

Em Ribeirão Preto, as desigualdades socioespaciais mostram-se cada vez mais marcantes. Concomitantemente à proliferação de bairros e condomínios/ loteamentos de luxo, servidos de boa infraestrutura, existem também, em número crescente, bairros populares e os assentamentos denominados “favelas”, desprovidos da mínima infraestrutura. Também, apesar de o município se projetar pelos elevados indicadores sociais, se comparados aos indicadores do país, apresenta discrepâncias profundas de renda entre as diferentes camadas da população, acentuadas nas últimas décadas.

Neste trabalho se considera que as relações sociais e o processo de produção do espaço devem ser entendidos no contexto da lógica de (re) produção do capital e no seio de uma sociedade de classes, geradora de mecanismos diferenciados de apropriação do espaço, de segregação, de desigualdades socioespaciais e de acentuação das mazelas sociais.

Assim, se pretende compreender o processo contraditório que produz o espaço urbano e regional e os resultados dessa produção, considerando aspectos políticos, econômicos e culturais responsáveis por realizar essa produção. Tais aspectos, nem sempre possíveis de serem entendidos com base local, necessitam ser contextualizados a partir da lógica do capital, aquela que produz e reproduz espaços com o intuito de aumentar os lucros e de possibilitar sua reprodução ampliada. Há, sobremaneira, no capitalismo, a predominância do sentido mercantil da produção e organização do espaço, e por extensão, do espaço urbano, como se demonstra nesta análise sobre Ribeirão Preto.

A pesquisa se fundamentou em referencial teórico sobre a produção do espaço urbano e a problemática regional em Ribeirão Preto, levantamentos em jornais locais e órgãos públicos municipais como secretaria de planejamento urbano, base de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Fundação SEADE (Fundação Estadual de Análise de Dados), além de pesquisas de campo.

## **Problemática socioespacial urbana em Ribeirão Preto**

O município de Ribeirão Preto-SP compreende o lugar de análise deste estudo. Considera-se, neste trabalho, sua dinâmica urbana, especialmente após a década de 1990, com a proliferação de condomínios de luxo, murados ou não<sup>1</sup>; a implantação de parques públicos, voltados ao discurso ecológico, do lazer e da promoção da estética urbana; as características das políticas públicas empreendidas no sentido de disciplinar o uso e a ocupação do solo urbano; e os fluxos de investimentos públicos e privados que contribuíram para a modernização produtiva na região.

Com população de 605.114 habitantes, no ano 2010, segundo o IBGE<sup>2</sup>, o município<sup>3</sup> se destaca na Região de Governo a qual integra, no Estado de São Paulo<sup>4</sup>, pelo seu dinamismo econômico e pelos seus indicadores sociais. De acordo com a Fundação Seade (2007), a taxa geométrica de crescimento anual da população foi de 1,53% para o ano 2005, pouco abaixo da média do estado que, no mesmo ano foi de 1,56%. Além disso, a quase totalidade da população do município se encontrava residindo na área urbana (99,66% em 2005), indicando um alto grau de urbanização, fruto das modernas relações de trabalho no campo, que expropriam o trabalhador, bem como da concentração fundiária, da monocultura da cana, entre outros.

No que se refere aos indicadores socioeconômicos, o município de Ribeirão Preto<sup>5</sup>, no ano 2000, apresentava um quadro favorável, quando comparado com a média dos indicadores apresentados pelo país. A taxa de analfabetismo era de 4,4% entre a população

<sup>1</sup> Apesar de serem ilegais de acordo com a Lei Federal (6766/79), não é objeto deste trabalho a discussão sobre os loteamentos e condomínios fechados.

<sup>2</sup> Dado disponibilizado no site [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) em 29.11.10. Os demais indicadores referentes a 2010 os quais esta pesquisa se pauta não foram disponibilizados por este órgão até a presente data, por isso utiliza-se dados anteriores, que respaldaram a tese.

<sup>3</sup> O município se limita com Guatapará, Cravinhos, Jardinópolis, Serrana, Dumont, Sertãozinho e Brodowsqui.

<sup>4</sup> De acordo com a divisão regional adotada pelo IBGE, o município de Ribeirão Preto é sede de uma mesorregião que integra, além de sua própria microrregião, as microrregiões de Barretos, São Joaquim da Barra, Ituverava, Franca, Jaboticabal e Batatais. Essa divisão foi estabelecida a partir dos limites municipais, compondo unidades político-administrativas e operacionais.

<sup>5</sup> Os dados de Ribeirão Preto são da Fundação SEADE e referem-se ao ano 2000. Disponível <http://www.seade.gov.br>. Acesso março/2008.

de 15 anos ou mais, enquanto a taxa para o Brasil<sup>6</sup> era de 10,4%. A coleta de lixo atingia 99,35% dos domicílios cadastrados, tendo como destinação final o aterro sanitário, enquanto no país era de 97,5%, sendo comum a destinação para lixões a céu aberto.

Enquanto em Ribeirão Preto 98,05% dos domicílios eram atendidos pelo sistema de abastecimento de água e 95,77 % apresentavam esgotamento sanitário, dos quais apenas 60% recebiam tratamento, no Brasil esse percentual era de 93,2%, e o serviço de esgotamento sanitário<sup>7</sup> atingia 68,8% dos domicílios urbanos.

Embora muitos indicadores, como os explicitados, sejam favoráveis ao município de Ribeirão Preto, é importante destacar que por trás desses números há um quadro de desigualdades sociais que tem se acentuado, ao tempo que crescem a produtividade e os investimentos.

Em relação à renda, no ano 2000, o IBGE registrou 3,32% dos domicílios com renda *per capita* de até ¼ do salário mínimo e 6,63% com até ½ salário mínimo. Entre 1991 e 2000<sup>8</sup>, houve aumento da renda apropriada pelos 20% mais ricos (de 58,54% para 61,05%) e decréscimo no total da renda apropriada pelos 20% mais pobres (de 3,96% para 2,95%). A renda *per capita* média do 1º quinto mais pobre, que era de R\$ 92,10 em 1991, passou para R\$ 79,58 em 2000, enquanto a renda *per capita* média do quinto mais rico se elevou de R\$ 1.361,66 para R\$ 1.647,76. Também, neste mesmo período, o número de indigentes no município aumentou de 1,5% para 3,63% e a porcentagem de pobres se elevou de 5,88% para 8,58%.

Em Ribeirão Preto, as desigualdades se expressam também quando se observa o número de favelas, que tem aumentado significativamente nos últimos anos. Eram vinte e um núcleos de favelas em meados da década de 1990, com população de 8 mil moradores (ELIAS, 2003). Em 2005, somavam trinta e uma favelas com cerca de 18 mil moradores, e em 2006, trinta e quatro, com população total de mais de 20 mil habitantes.

Em contrapartida, somente entre os anos de 2003 e 2004, vinte e sete novos condomínios residenciais foram aprovados pela Prefeitura, contrastando os investimentos milionários das classes mais abastadas

<sup>6</sup> Os dados do Brasil são do IBGE e referem-se ao ano 2006. Por isso, há de se considerar que no ano 2000 o distanciamento era maior entre o município e o país.

<sup>7</sup> Com serviço de rede coletora de esgotamento sanitário e/ou pluvial.

<sup>8</sup> Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível: [http://www.fjp.gov.br/produtos/cees/idh/atlas\\_idh.php](http://www.fjp.gov.br/produtos/cees/idh/atlas_idh.php). Acesso em 1/3/2009.

da zona Sul com as condições precárias de existência da classe trabalhadora. No ano de 2003, apenas um loteamento foi implantado pela Cohab-RP<sup>9</sup>, o Jardim Flamboyant, localizado na zona Leste.

Estes indicadores evidenciam que a renda no município é concentrada e a dinâmica econômica, baseada no agronegócio e sua alta margem de lucratividade, não tem sido capaz de reduzir as desigualdades sociais. Ao contrário, tem contribuído para acentuá-las, no âmbito de uma sociedade que expropria e marginaliza o trabalhador.

Economicamente reconhecido pela prosperidade econômica, advinda principalmente da cultura cafeeira do início do século XX, o município de Ribeirão Preto apresenta uma complexidade produtiva, resultante, sobretudo, das atividades sucroalcooleiras, que impulsionam o agronegócio na região. Tal dinamismo constituiu-se, em parte, pelo fato de o município, dada a sua importância histórica, ser a sede de uma região economicamente importante no setor agroindustrial, no Estado de São Paulo, tendo grande influência sobre o nordeste paulista.

Ribeirão Preto, atualmente, tem sido divulgada pelo poder público local e pela mídia como “capital do agronegócio”. Nas principais avenidas que dão acesso à cidade, pode-se contemplar um monumento, onde se lê: “*Ribeirão Preto: capital brasileira do agronegócio*”. As feiras e eventos agropecuários, como a Feapam e a Agrishow, importantes para o agronegócio porque movimentam a economia local e regional, se tornaram tradicionais na cidade e constituem atrativos para empresários do setor, seja em relação à produção, seja na divulgação de novas tecnologias. O município passou a integrar uma série de serviços voltados a esta atividade, assim como teve seu território dotado de uma instrumentalização técnico-científico-informacional, capaz de lhe conferir as mais profundas mudanças no setor agrícola e, por conseguinte, na sua estruturação urbana<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> De acordo com Adas (2004, p. 87), a “COHAB/RP (Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto) foi criada em 24 de novembro de 1969, através da Lei no 2.302, contando com a participação de várias prefeituras municipais, lideradas pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, que subscreveu e detém 52% do capital social da empresa. O município passou a possuir então uma estrutura organizacional maior e a atuar de forma autônoma e eficiente na construção de conjuntos habitacionais”.

<sup>10</sup> O trabalho de Souza (2005) apresenta uma discussão mais ampla sobre as implicações do agronegócio na produção e distribuição dos serviços em Ribeirão Preto. Aborda aspectos do setor hoteleiro e da infra-estrutura desigual que foi produzida na cidade, possibilitando a compreensão das alterações/modificações na dinâmica da produção do espaço urbano,

A Agrishow, o maior evento agropecuário da região, registrou no ano de 2007 um público de mais de 140.000 pessoas, ocupando um espaço físico de 190.000 m<sup>2</sup> de área<sup>11</sup>. A movimentação financeira no ano de 2004<sup>12</sup>, segundo a Associação Brasileira do Agronegócio<sup>13</sup>, foi de 1,55 bilhão de reais. Desse montante, como afirma Souza (2005), “estima-se que foram movimentados indiretamente com a realização do evento Agrishow, em Ribeirão Preto e sua região cerca de 120 milhões de reais”.

O município de Ribeirão Preto, mesmo com a pujança do setor agrícola, tem apresentado pequena contribuição na participação geral da economia do estado. Em 2004, totalizou cerca de 1% da produção de todo o Estado de São Paulo. Porém, essa porcentagem significa quase metade do que representa a região onde se insere, que engloba 86 municípios.

Diante do quadro econômico nacional, Ribeirão Preto se apresenta como o 26º PIB (Produto Interno Bruto) entre os municípios do país. De 2004 a 2005 seu crescimento econômico quase duplicou, de R\$ 5.553.392.126,00 para R\$ 10.095.559.000,00, o equivalente à soma do PIB dos Estados do Acre, Amapá e Roraima. Tal aumento tem sido consequência, especialmente, do agronegócio, que fez aumentar o consumo e as exportações de açúcar e álcool, devido aos novos incentivos estabelecidos pelas políticas em âmbito federal, estimuladoras da produção de etanol<sup>14</sup>.

De acordo com informações divulgadas pelo Centro Nacional de Referência em Biomassa (CENBIO)<sup>15</sup>, dos 3,5 bilhões de reais destinados ao

entre outros. Este conjunto de fatos demonstra, de certa forma, a intrínseca ligação que há entre o rural e o urbano no município e na região.

<sup>11</sup> Disponível: <http://www.agrishow.com.br>. Acesso em novembro/2008.

<sup>12</sup> Até o momento não haviam sido divulgados os dados para 2007.

<sup>13</sup> Disponível: <http://www.abagr.org.br>. Acesso em novembro/2008.

<sup>14</sup> Em 2006, a produtividade nacional aumentou em 8,1%, em relação ao ano anterior. A produção, que alcançou 457.245.516 toneladas, gerou 16.969.188 milhões de reais, um aumento de 29% em relação a 2005. Desse total, São Paulo respondeu por 58,9%, apresentando crescimento de 5,6%. Tal aumento da produtividade tem explicação, entre outros, no desenvolvimento da tecnologia dos veículos bicompostíveis; no aumento das exportações, pois vários países passaram a adicionar álcool anidro à gasolina; no elevado preço do petróleo, que demandou novas fontes de energia; e na incorporação de novas áreas plantadas no Centro-Oeste (IBGE, 2007).

<sup>15</sup> Fonte: <http://www.cenbio.org.br/pt/noticia>. Acesso em maio de 2008.

setor sucroalcooleiro pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), em 2007, Ribeirão Preto ficou com 860 milhões, o equivalente a cerca de ¼ do total.

Quanto à produtividade geral do município de Ribeirão Preto e do Estado de São Paulo, se analisada em relação à distribuição *per capita*<sup>16</sup>, verifica-se que não há grande divergência entre estas duas escalas, visto que foi de R\$ 18.312,00 no município, e de R\$ 17.977,00 no estado, em 2005. Quando comparado com o PIB *per capita* do país, R\$ 11.658,00, o município se mostra muito acima, embora isso não represente melhores condições de vida para toda a sua população<sup>17</sup>.

A agropecuária, embora se constitua no “carro-chefe” para a dinâmica econômica local e regional, teve, em 2005, uma participação de apenas 1,01% no total dos vínculos empregatícios do município. Além da pouca quantidade de mão de obra que emprega diretamente, os rendimentos médios auferidos pelos trabalhadores têm se apresentado como os mais baixos (R\$ 596,03), se comparados com outros setores. Os rendimentos médios nos vínculos empregatícios, em reais correntes, de acordo com o setor, foram os seguintes, para 2005: construção civil, 822,87; comércio, 891,58; serviços, 1.369,56; indústria, 1.066,77 (IBGE, 2007).

É importante destacar que, diferentemente do que ocorre no município de Ribeirão Preto, a participação da agropecuária no total dos vínculos empregatícios na Região de Governo atingiu 5,06% em 2006, e os rendimentos médios dos trabalhadores apresentaram-se bem acima (R\$ 918,17) da média do município. Mesmo assim, essa realidade apenas contribui para reafirmar que o volume de capital gerado no âmbito do agronegócio não tem se convertido em melhoria das condições de vida e trabalho para a população local e regional.

Dessa forma, pode-se afirmar que, no município, os indicadores econômicos são mais expressivos do que os sociais, evidenciando a concentração dos meios de produção e da renda por uma pequena parcela da

<sup>16</sup> Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipal/2005/tab01.pdf>. Acesso em maio de 2008.

<sup>17</sup> É importante notar que no ano de 2004 o PIB *per capita* de Ribeirão Preto era de R\$ 10.228,90, ligeiramente abaixo dos R\$ 13.725,14 apresentados pelo Estado de São Paulo. O crescimento excepcional do PIB municipal, nos últimos anos, pode ser compreendido como uma resposta aos incentivos dados pelo governo federal para consolidação e desenvolvimento da política energética baseada na produção de etanol e do biodiesel.

sociedade. O elevado IDH<sup>18</sup> de Ribeirão Preto, que no ano 2000 foi de 0,855, acima do índice nacional (0,772), não reflete a realidade da totalidade de sua população. Também, o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IRPS), da Fundação Seade<sup>19</sup>, aponta o município de Ribeirão Preto entre aqueles que se caracterizam por níveis elevados de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais, mas não explicitam as contradições existentes no município.

Os números, indicadores como estes apresentados, “engrossados” pelo crescimento econômico, escondem a realidade social, mascarando a extrema desigualdade existente no município<sup>20</sup>.

A evidência de indicadores socioeconômicos, aparentemente prósperos diante do quadro nacional, auxilia na compreensão da problemática urbana em Ribeirão Preto. A constatação dos problemas sociais contrasta com a projeção econômica que acompanha o município. Mudam-se as escalas e as ênfases, mas a problemática persiste.

Elias (2003, p. 328) ressalta que a cidade de Ribeirão Preto apresenta contradições geradas no âmbito do desenvolvimento econômico do município. Afirma que, diante das especializações produtivas a que vem sendo submetida, a cidade pode ser identificada como

ilha de modernidade, espaço inteligente, arquipélago metropolitano, área luminosa. Independentemente da conceituação que se utilize, a cidade de Ribeirão Preto é exemplo brasileiro da modernidade incompleta, na qual se superpõem a riqueza e uma gama importante de defasagens e desequilíbrios econômicos, sociais, culturais,

<sup>18</sup> IDH - Índice de Desenvolvimento Humano. Fonte: PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano 2003 e 2007/2008. Disponível: <http://www.pnud.org.br/rdh>. Acesso em maio de 2008.

<sup>19</sup> De acordo com a Fundação Seade, “os indicadores do IRPS sintetizam a situação de cada município no que diz respeito à riqueza, escolaridade e longevidade, e quando combinados geram uma tipologia que classifica os municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos”. O município de Ribeirão Preto se encontra no grupo 1, ou seja, que apresenta, na classificação, os melhores índices. Para informações detalhadas, consultar: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em 2 de novembro de 2008.

<sup>20</sup> Se analisados os aspectos que compõem o IDH isoladamente, nota-se que a renda, tomada em sua totalidade, é que mais contribui para a elevação do índice em Ribeirão Preto. No ano 2000, o município assumia as seguintes posições relativas no ranking do IDH no Brasil, considerando seus diferentes aspectos: Longevidade: 417; Educação: 146; Renda: 23.

territoriais, entre outros, agravando a concentração da renda e diferenciando as formas de consumo, habitação, acesso aos serviços de saúde, educação, ao lado de outros, e, conseqüentemente, resultando na construção de cidades corporativas.

Em Ribeirão Preto, da mesma forma que foi produzida a riqueza, também se produziu a pobreza, pois esta é fruto das relações contraditórias das relações capitalistas de produção, para o que se faz adequação do espaço regional para o desempenho, no caso, da agricultura, contribuindo, decisivamente, para a reprodução ampliada do capital no país, em sua forma monopolista.

No território brasileiro, a partir da década de 1960, foram estabelecidas medidas por parte do Estado que atuaram no fomento à modernização do setor agrícola regional. Estas medidas contribuíram diretamente na economia regional.

De acordo com Elias (2003), a região de Ribeirão Preto, sobretudo o município sede, foi privilegiada por meio de muitos investimentos públicos e privados, desde o nível federal até o municipal. Estes investimentos garantiram obras de infraestrutura, criação de instituições de pesquisas, financiamento da produção agrícola, incentivos fiscais, implantação de planos/programas de habitação, saúde e educação, entre outros.

O município de Ribeirão Preto que, no início do século XX, havia ganhado destaque em meio aos lucros auferidos com a cultura cafeeira, que o projetara no cenário nacional e internacional, foi se constituindo e se reafirmando enquanto centro regional. O desempenho agrícola, favorecido pela qualidade do solo, conhecido como terra roxa, e pelas características climáticas, com predomínio de clima quente e úmido, foi extremamente relevante para que outras culturas viessem incrementar e dinamizar a produtividade agrícola no município e em toda a região, a exemplo da cana-de-açúcar, da laranja e da fruticultura em geral.

Com a expansão das lavouras do café e da cana-de-açúcar, sobretudo, a vegetação nativa foi, aos poucos, extirpada, cedendo parcelas de terra cada vez maiores à agricultura.

Na monocultura, a agricultura teve sua produtividade incrementada pela utilização de técnicas inerentes a uma maior rentabilidade com o uso de adubos e fertilizantes químicos e de máquinas agrícolas, no período denominado de “revolução verde”. Sobretudo, a expansão da monocultura da cana-de-açúcar veio em detrimento de práticas conservacionistas do solo,

da vegetação e dos recursos hídricos, culminando em uma paisagem que pode ser remetida a um “deserto verde”<sup>21</sup>.

Henriques (2003, p. 12 e 13), ao caracterizar a ocupação do solo e a vegetação natural do município de Ribeirão Preto, constatou que, no ano 2000, 59,75% do território estava ocupado pela lavoura canavieira. Em todo o município, “entre 1962 e 2000, houve redução de 6.703, 42 ha (70,09%) da vegetação natural, que cederam lugar predominantemente à cultura da cana-de-açúcar”.

Para demonstrar o quanto tem sido significativo o aumento da área plantada com cana-de-açúcar em todo o país, basta notar que, entre 2004 e 2006, a área plantada com outras culturas diminuiu 1.349.333ha, contra um aumento de 545.562ha de cana. No Estado de São Paulo, em 2006, a área plantada com cana cresceu 6,5% em relação a 2005 (IBGE, 2007).

Apesar de em 1962 a cana já ocupar 10,8% da área do município, é preciso salientar que a maior parte da devastação florestal está associada também ao cultivo do café, portanto, anterior a 1962, ano em que a cobertura vegetal natural já estava restrita a 15%.

Com a ampliação do cultivo da cana e a expansão da malha urbana houve a diminuição da área de pastagem, culturas temporárias, café e cobertura residual. Assim, no ano 2000, o índice de cobertura vegetal natural no município de Ribeirão Preto era de 3,9%, distribuído em pequenos fragmentos.

O desmatamento em toda a região tem sido tão elevado que municípios como Jaboticabal, Pitangueiras, Sertãozinho, Pontal, Guará e Cravinhos não apresentam mais que 3% dos seus respectivos territórios com cobertura arbórea. Em outros municípios, como Pradópolis, a situação é ainda mais grave, atingindo apenas 0,5% do território (ELIAS, 2003).

No território brasileiro, o município de Ribeirão Preto, e a região na qual se insere, foi um dos pioneiros no processo de modernização, propiciado pelo período “Técnico-Científico-Informacional”, do qual trata Milton Santos (2004). Especialmente após a década de 1960, várias outras atividades econômicas, inclusive a agroindustrial, favoreceram o surgimento e desenvolvimento de algumas cidades que “se expandiram a serviço das relações internacionais e puderam se beneficiar dos elementos propulsores de inovação existentes em cada momento, gerando modernização e desencadeando crescimento urbano e urbanização” (ELIAS, 2003, p. 53-54).

<sup>21</sup> Essa expressão é utilizada aqui no sentido de explicitar a predominância da lavoura canavieira na região de Ribeirão Preto, que, por seu caráter monocultor, sobressai na paisagem.

A cultura da cana-de-açúcar impulsionou, sobremaneira, as transformações do espaço urbano e rural de Ribeirão Preto, sendo favorecida pela modernização do setor agrícola, propiciada pelos investimentos de capital público e privado, mas também tendo contribuído para o alargamento de relações perversas de trabalho<sup>22</sup>. Nessas condições, a região canavieira de Ribeirão Preto torna-se, paulatinamente, um espaço global, acelera e fortalece a divisão territorial e social do trabalho mediante o aumento da precarização das relações assalariadas de trabalho (ELIAS, 2003).

À luz da economia agroindustrial, historicamente têm ocorrido intensos fluxos migratórios, sazonais ou não, para a região e, sobretudo, para o município de Ribeirão Preto. Esses fluxos são constituídos tanto por indivíduos sem especialização, que aportam para o trabalho nos canaviais, como por trabalhadores qualificados. Boa parte destes últimos é proveniente de outras áreas urbanas. Explica Elias (2003, p. 266) que, “com os vultosos recursos financeiros e técnicos investidos na região, especialmente desde a instituição do Proálcool, o número de empregos cresceu significativamente, tornando a região importante centro de atração de migrantes”.

É nas condições dadas e/ou favorecidas pela economia agroindustrial que ocorre a urbanização no território que envolve Ribeirão Preto. “O êxodo rural, a migração descendente de trabalhadores especializados, a terciarização da economia [...], o crescimento do contingente do trabalhador agrícola que não é mais rural, a indústria não urbana, o volume de crédito, o aumento da circulação e do movimento” (ELIAS, 2003, p. 289), contribuíram significativamente na aceleração do processo de urbanização.

São esses fluxos de capitais e de pessoas, congregando diferentes agentes sociais, com distintas capacidades e/ou interesses de investimentos, que constituem elementos relevantes na compreensão da urbanização do território em Ribeirão Preto. Consequentemente, expressam a produção de uma cidade que simboliza a capacidade do capital em induzir e/ou fomentar a produção de espaços intraurbanos desiguais socioespacialmente.

Diante do panorama econômico, com base no setor sucroalcooleiro, os municípios da região, especialmente Ribeirão Preto, sofrem o agravamento dos problemas urbanos: proliferação da miséria, precarie-

<sup>22</sup> São muitos os relatos de jornadas elevadas de trabalho, de baixos salários, de falta de assistência médico-hospitalar, entre muitos outros problemas relacionados ao trabalho no corte da cana em todo o estado de São Paulo, como denunciou o Jornal Folha de S. Paulo, em sua edição de 24 de agosto de 2008.

dade dos serviços públicos, aumento dos níveis de desmatamento e poluição, especulação, concentração e valorização da terra urbana e rural, entre outros. O resultado disso é, conforme afirma Santos (2005, p. 122-123), o processamento de uma urbanização que

se impõe à vida urbana como um todo, mas como processo contraditório, opondo parcelas da cidade, frações da população, formas concretas de produção, modos de vida, comportamentos. Há oposição e complementaridade, mas os aspectos corporativos da vida urbana tendem a prevalecer sobre as formas precedentes das relações externas e internas da cidade, mesmo quando essas formas prévias, chamadas tradicionais, de realização econômica e social interessam a população mais numerosa e a áreas mais vastas.

Atreladas à lógica destacada por Santos (2005), que culmina em um processo contraditório, muitas cidades da região, a exemplo de Ribeirão Preto, vêm se expandindo rapidamente e se espalhando sobre espaços cada vez mais distantes da área central urbana, formando inúmeros vazios urbanos, sobretudo pela ação da especulação imobiliária e pela conseqüente valorização desigual do espaço urbano.

Especialmente após a década de 1990, houve o agravamento da exclusão social em Ribeirão Preto, resultando, entre outros, como já destacado, no aumento do número de favelas e da população indigente, no decréscimo da renda *per capita* média domiciliar entre os mais pobres etc., em contradição com os dados de crescimento econômico apresentados. O resultado tem sido a intensificação do processo de precarização das condições de vida nos bairros pobres que, entre outros aspectos,

se fez acompanhar por litígios fundiários entre moradores sem-teto e o Executivo e Judiciário” municipal. Ao mesmo tempo, “a Região Administrativa de Ribeirão Preto esteve entre as que receberam o maior fluxo de investimentos em setores econômicos intensivos em tecnologia do Estado de São Paulo [...]. (FERNANDES E ADAS, 2004, p. 52 e 56).

Com a acentuação da pobreza, intensificaram-se as lutas e os conflitos pela moradia e por condições básicas de infraestrutura urbana, como água, esgotamento sanitário, asfaltamento das ruas etc. À medida que algumas conquistas eram alcançadas, como a implantação de conjuntos habitacionais, ocorria também a intensificação das lutas. Alguns loteamentos, chamados

de interesse social, sempre que implantados, o foram em número insuficiente e em áreas sem infraestrutura, nos limites da área mais urbanizada.

Desde 1976, quando foi criada, até o ano de 2003, a COHAB/RP implantou cerca de 30 loteamentos, a maioria localizada na zona Norte, distante da área contínua urbanizada, como é o caso dos conjuntos Quintino Facci I e II (1979 e 1980) e Adelino Simioni (1982).

O Conjunto Habitacional Avelino Palma e o Jardim Anhanguera, entre outros loteamentos, também foram implantados descontinuamente à área urbana já consolidada, constituindo-se em espaços periféricos e marginalizados, sofrendo de carências na infra-estrutura básica, como água, energia elétrica, esgoto etc.

Valenciano (2004) relata que ainda no início da formação desses bairros, muitos contrastes podiam ser percebidos, em termos de infraestrutura urbana, entre os bairros que compõem o chamado “Conjunto Anhanguera”, na zona Leste de Ribeirão Preto, formado pelos Jardins Novo Mundo, Anhanguera, Grajaúna e Zara (incluindo a favela Zara). Afirma que esse conjunto teve origem nos anos 60, quando uma antiga fazenda foi loteada e famílias de baixa renda adquiriram lotes. Esses bairros foram implantados sem infraestrutura e passaram a abrigar a classe trabalhadora, que necessitava de moradia.

As décadas seguintes a 1960 foram marcadas por reivindicações e formação de entidades de representação dos moradores, como as associações de bairros. A pressão exercida pelas organizações populares, entre outra, junto ao poder municipal, redundaram em algumas conquistas que, paulatinamente, foram sendo implantadas nos bairros, como asfaltamento das ruas nas décadas de 1980 e 1990.

Concomitantemente às lutas pela infraestrutura urbana nesses bairros, deu-se início na década de 1970 a uma ocupação de terras, nas proximidades do Jardim Zara, sem que compusesse um movimento organizado, visto que as famílias iam se chegando aos poucos. Essa ocupação redundou na “Favela do Zara”.<sup>23</sup>

Afirma Valenciano (2004, p. 166-167) que:

Naquela ocasião, os que procuravam a favela eram famílias que não tinham a menor condição financeira, vindas do Norte e Nordeste do país, norte de Minas, para o corte da cana, e foram ficando. Uma vez fixados, chamavam parentes, outros chamavam outros parentes, e na safra seguinte vinha

<sup>23</sup> Rodrigues (1988), ao apontar as diferenças entre ocupação coletiva de terra e favelas, afirma que as favelas se caracterizam pela ocupação cotidiana e sem prévia organização, o que pode ocorrer posteriormente.

mais gente que permanecia. Eram cortadores de cana e traziam a ilusão de que Ribeirão Preto era a “Califórnia Brasileira”, onde se ganhava muito bem, havia muito emprego, a condição de vida era boa. Desse modo alimentavam a esperança de que a vida iria melhorar.

A situação relatada por Valenciano (2004) ocorria em vários municípios, e não somente em Ribeirão Preto. Os imigrantes que vinham para trabalhar no corte da cana eram conhecidos como boias-frias<sup>24</sup>, moravam na cidade, mas trabalhavam no campo (MELLO, 1976). Assim, a favela parece ter sido mais resultado da expansão da agricultura com utilização de mão de obra temporária do que a vinda espontânea de trabalhadores devido à ilusão da “Califórnia”. Além disso, as favelas significam não apenas a territorialização das famílias de baixa renda que migram em função do corte da cana, mas representam uma forma de luta pelo direito à moradia e à cidade.

Segundo Rodrigues (2007, p. 07), o direito à moradia aponta o processo e ampliação das lutas sociais, mas não se confunde com o direito à cidade. Este, entendido “como bem coletivo, com acesso universal aos bens e serviços, constitui uma ‘revolta’ contra a mercadoria terra, moradia e cidade, e a privatização dos equipamentos públicos. É uma revolta contra o predomínio do valor de troca, uma luta pelo valor de uso da cidade e da propriedade”.

Como diz Lefebvre (2006, p. 135), o direito à cidade implica o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade). Este direito se manifesta, portanto, como forma superior dos direitos: “o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar”.

A favela, constituindo a materialização da luta pelo acesso à terra e à moradia urbana, é parte da cidade real, produto das relações capitalistas de produção do espaço. Como afirma Rodrigues (1988, p. 03),

o mesmo processo – o desenvolvimento do capitalismo – , que provoca a expropriação no campo, provoca também a super-exploração na cidade e cria uma população excedente para as necessidades médias de acumulação. A favela é uma ‘instituição necessária’ ao desenvolvimento do capitalismo, porque é onde se aloja uma parcela da classe trabalhadora. Na aparência há uma contra-

<sup>24</sup> O termo boia-fria designa o trabalhador rural, muitas vezes sem vínculo empregatício, que presta serviços temporários. Por levar a comida de casa e consumi-la fria na hora do almoço, esses trabalhadores passaram a ser chamados de boias-frias.

dição entre a massa de riqueza gerada e a extrema penúria de uma grande parte dos trabalhadores. Na essência, o mesmo processo que propicia a produção da riqueza espolia o trabalhador até o limite máximo da sua força de trabalho, única riqueza que lhe restou e que vê esgotada dia a dia. A favela é então um dos aspectos da organização do espaço para e pelo capital.

Outro exemplo de conjunto habitacional que surgiu, devido à forte demanda por moradia da classe trabalhadora de Ribeirão Preto, foi o Avelino Palma. Realizado pela Cohab/RP, em 1982, esse conjunto, localizado na zona Norte, também foi entregue aos seus moradores sem infraestrutura básica.

De acordo com os relatos dos moradores, Campos (2004, p. 89) afirma que,

O bairro era extremamente homogêneo e destituído de infra-estrutura. As casas construídas indistintamente a partir de uma mesma planta, sem nenhum detalhe de cor, muro ou fachada que as diferenciasse umas das outras, ruas sem arborização e sem pontos de referência dificultavam a localização dos próprios moradores.

Além disso,

[...] o esgoto das casas corria pela rua, em valas a céu aberto, pois a rede coletora ainda não fora instalada; a energia elétrica não chegava às residências nem aos pontos de iluminação pública, em virtude de se acharem inconclusos o trabalho de colocação dos postes e do cabeamento. Não havia fiação telefônica, linhas de ônibus circular nem pavimentação nas ruas. A falta d’água era uma constante e a urbanização precária, inexistindo praças, jardins públicos ou qualquer tipo de arborização.

É importante ressaltar, sem a pretensão de uma análise criteriosa, que, ao tempo que surgiam loteamentos sem infraestrutura, voltados aos trabalhadores com baixos salários, durante a década de 1970, foi lançado o Jardim Canadá<sup>25</sup> – primeiro bairro ajardinado de Ribeirão Preto, implantado na zona Sul, com amplos lotes

<sup>25</sup> São escassos os materiais bibliográficos sobre o Jardim Canadá. Não se obtiveram informações detalhadas sobre este loteamento, tanto nos órgãos da Prefeitura Municipal quanto na Câmara Municipal. No Arquivo Histórico Municipal também não foi possível recrutar outros dados. Entretanto, como se trata de uma informação sem a necessidade de uma análise profunda, optou-se apenas por apontá-la. Sobre o ideário dos bairros-jardins, veja-se Howard (2002).

e padrão urbanístico diferenciado dos demais bairros da cidade. Trata-se de um loteamento cujo projeto urbanístico se inspirava nos famosos bairros-jardins, comuns nos grandes centros urbanos, como São Paulo. Este dado demonstra as diferentes formas de produção do espaço e a desigual capacidade de investimento em habitação das diversas camadas da população, nesse momento histórico. Expõe as diferentes faces de um mesmo processo que pressupõe a produção e apropriação desigual do espaço urbano.

Na década de 1990, a ocupação de uma área pública, pertencente ao Horto Florestal Municipal, retrata a luta dos trabalhadores “sem-teto” de Ribeirão Preto, em especial pela moradia e melhores condições de vida. Dessa forma, ao analisar esse processo de luta que culmina na formação do Jardim Progresso, Adas (2004) dá contribuição importante para a desconstrução do “mito da Califórnia brasileira”. A formação desse bairro tem como significado a materialização da conquista travada pela luta daqueles que constroem a cidade e dela não usufruem.

Localizado no sudoeste da cidade, o Jardim Progresso, como passou a ser denominado por lei, a partir de 2000 (Lei Complementar 1.028, de 7 de junho de 2000), teve origem nas ocupações iniciadas no ano de 1996, quando famílias de trabalhadores “sem-teto” iniciaram a construção de suas moradias em terreno público, pertencente ao Horto Florestal Municipal de Ribeirão Preto. Esta área, na prática, não desempenhava nenhuma função vinculada à destinação de horto, dada por lei (L. C. 3.313, de 20 de maio de 1977). Ao contrário, devido à falta de interesse do poder público em atribuir um uso efetivo a ela, funcionava como um verdadeiro lixão, onde caminhões despejavam lixo proveniente da cidade, e nada tinha a preservar, visto que não havia vegetação no local (ADAS, 2004)<sup>26</sup>.

Os moradores, embora grande parte seja proveniente de outros bairros de Ribeirão Preto, onde pagavam aluguel, constituem-se basicamente de imigrantes tanto de outros municípios de São Paulo quanto de outros estados, especialmente Minas Gerais.

Como salienta Adas (2004), entre os principais motivos que levaram à ocupação do atual Jardim Progresso estão o valor cobrado nos aluguéis em outros bairros, que os impossibilitam de pagar; o desemprego; e em alguns poucos casos, o deslocamento de famílias de baixa renda, provenientes de outros municípios, que se dirigem para Ribeirão Preto para tratar de problemas de saúde e acabam se fixando na cidade. Em geral,

<sup>26</sup> Para uma análise detalhada do processo de constituição do Jardim Progresso, dos discursos e interesses envolvidos na remarcação das terras do Horto, consultar Adas (2004).

os tratamentos médico-hospitalares são realizados no Hospital das Clínicas, da Universidade de São Paulo, que oferece várias especializações e atendimento público gratuito.

A luta e a persistência dos trabalhadores “sem-teto” em continuar ocupando a terra redundaram na regularização da área, desde o ano 2000, e na conquista da infraestrutura básica necessária, instalada após 2001, como água, energia elétrica, asfalto, esgotamento sanitário, entre outros.

Observa-se, portanto, que a materialização da favela e, posteriormente, do Jardim Progresso não significou a depredação de um “espaço natural”<sup>27</sup>, pois, embora denominado de horto (por lei), constituía um espaço sem uso efetivo, utilizado apenas como depósito de lixo. Assim, trata-se de um espaço que não se caracteriza, a princípio, pelos fins especulativos, mas pelo valor de uso, explicitado pelas necessidades de uso e de reprodução da vida de camadas específicas da sociedade.

Como diz Singer (1980, p. 87-88):

a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano. Esta parte da população acaba morando em lugares que, por alguma razão, os direitos da propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc. [...] Quando os direitos da propriedade privada se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados, dramatizando a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do uso do solo.

<sup>27</sup> Em virtude da grande disputa e especulação do solo urbano, comumente as favelas ocupam áreas públicas de uso comum, áreas de preservação permanente, fundos de vale, áreas de encostas, margens de cursos d’água etc., e por isso, muitas vezes, contribuem para a depredação da vegetação nessas áreas porque sobre elas se constroem as habitações. Na cidade de São Paulo, por exemplo, segundo Taschner (1996), em 1990, cerca de 50% das favelas estavam localizadas nas margens de córregos. Outras cerca de 30% ocupavam terrenos com declividade acentuada.

Os aspectos da problemática urbana, destacados, tornam claras as contradições do processo de produção do espaço em Ribeirão Preto. Problemas como a especulação fundiária, a luta pela terra e pela moradia, a inexistência ou a carência de serviços públicos básicos em certas parcelas da cidade, a pobreza crescente de parte da população, entre tantos outros, expressam as injustiças sociais que, ao serem mascaradas, contribuem para a difusão do mito da “Califórnia brasileira”.

## Considerações Finais

Este artigo pretendeu apresentar, analisar e discutir alguns elementos que auxiliam na compreensão da problemática urbana em Ribeirão Preto. A análise dos indicadores socioeconômicos evidenciou a contradição pela qual perpassa a produção do espaço urbano e regional.

Historicamente o município de Ribeirão Preto é caracterizado e difundido pela prosperidade econômica. A cultura do café e da cana-de-açúcar pautou as relações sociais e econômicas do município e contribuiu para a consolidação de Ribeirão Preto como um centro urbano importante no contexto paulista e brasileiro. No entanto, o caráter monocultor dessas culturas, atrelado aos complexos interesses de parcela específica da população, favoreceu o aprofundamento dos problemas de ordem social, entre eles os conflitos pela moradia, emprego, saúde, educação etc.

Através de investimentos públicos e privados o município foi paulatinamente consolidando e complexificando sua cadeia produtiva, tornando-se inclusive um importante centro exportador nacional e prestador de serviços, sobretudo em escala regional. Essa dinâmica econômica favoreceu o desencadeamento e/ou aprofundamento de intensos fluxos migratórios, em especial de trabalhadores de baixa qualificação. As precárias condições de trabalho, a renda insuficiente e a não assistência pública contribuíram para a marginalização dessa parcela da população, ampliando as desigualdades socioespaciais no município.

O resultado desse processo, que este estudo pretendeu analisar, é a conformação de um espaço urbano e regional contraditório e conflituoso, distante do “Eldorado” e da “Califórnia” aclamados pela mídia, poder público e segmentos privados. Assim, pretendeu-se apresentar, discutir a cidade real, fruto das relações capitalistas de produção, desmistificando discursos e contribuindo para a compreensão da problemática urbana no município e na região aonde se insere.

## Referências Bibliográficas

- ADAS, S. A luta pela vida e pelo espaço: os trabalhadores sem-teto do Jardim Progresso. In: FERNANDES, M. E. (coord.). **A Cidade e seus limites** – As contradições do urbano na “califórnia brasileira”. São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004. p. 205-302.
- CAMPOS, M. S. V. O. Conjunto Habitacional Avelino Palma: a luta dos moradores pelo espaço. In: FERNANDES, M. E. (coord.). **A Cidade e seus limites** – As contradições do urbano na “califórnia brasileira”. São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004. p. 79-124.
- ELIAS, D. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto-SP. São Paulo: Edusp, 2003 (Coleção Campi, 21).
- FERNANDES, M. E. e ADAS, S. A produção da subcidadania no processo de (des)organização da cidade corporativa. In: FERNANDES, M. E. (coord.). **A Cidade e seus limites** – As contradições do urbano na “califórnia brasileira”. São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004. p. 43-78.
- FUNDAÇÃO SEADE. **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**. Disponível em <http://www.seade.gov.br>. Acessado em abril/2007.
- GOMES, M. A. S. **Parques urbanos de Ribeirão Preto-SP**: Na produção do espaço, o espetáculo da natureza. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas: IGE. São Paulo, 2009.
- HENRIQUES, O. K. **Caracterização da vegetação natural em Ribeirão Preto, SP**: Bases para conservação. Tese (Doutorado em Biologia). Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto: FFCLRP/USP. 2003.
- HOWARD, E. **Cidades-jardins de amanhã**. 2ª ed. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em números** – Brazil in figures. Vol. 15, 2007. Rio de Janeiro/IBGE.
- \_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal**: culturas temporárias e permanentes – 2006, vol. 33. Rio de Janeiro/IBGE, 2007.
- \_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisas – Informação demográfica e socioeconômica, vol. 21, Rio de Janeiro/IBGE, 2007.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- MELLO, M. C. D. **O bóia-fria**: acumulação em miséria. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- RODRIGUES, A. M. A cidade como direito. **Simpósio de Geografia Crítica**. Anais [...] Porto Alegre. Agosto de 2007.

RODRIGUES, A. M. **Na procura do lugar o encontro da identidade**: um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo: FFLCH/USP. São Paulo, 1988.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**. 57: 77-131, dezembro de 1980. São Paulo: AGB São Paulo.

SOUZA, A. A. **Os negócios do turismo no município de Ribeirão Preto**: reflexões sobre a produção de cartas temáticas turísticas com o uso do software Arcview. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.

TASCHNER, S. P. Degradação ambiental nas favelas em São Paulo. **Espaço & Debates**. Ano XVI, nº 39. São Paulo: Neru, 1996. p. 104-113

VALENCIANO, M. C. M. Conjunto Anhanguera: os contrastes entre os jardins. In: FERNANDES, M. E. (coord.). **A Cidade e seus limites** – As contradições do urbano na “califórnia brasileira”. São Paulo: Annablume; Fapesp; Ribeirão Preto: Unaerp, 2004. p. 125-204.